

➤ **PROTOCOLOS**

**7. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEASSISTÊNCIA A IDOSOS DO CONCELHO DE BRAGA:**

Da **Vereadora Carla Sepúlveda**, com a área da responsabilidade da Coesão Social e Solidariedade, submetendo à apreciação do Executivo Municipal, nos termos do previsto nas alíneas g) e h) do art.º 23 e da alínea u) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a celebração do protocolo, de acordo com a minuta que se anexa.

## PROPOSTA


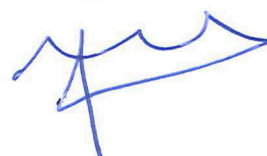
### **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEASSISTÊNCIA A IDOSOS DO CONCELHO DE BRAGA**

Considerando que:

- No concelho de Braga, temos identificadas, após um programa-piloto com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, conforme anexo, 34 pessoas em situação de necessidade de acompanhamento através de Serviço de Teleassistência, sendo que aquela entidade detém enorme experiência no desenvolvimento deste tipo de acompanhamento;
- Compete à Câmara Municipal, nos termos das atribuições na área da Saúde e Ação Social, previstas nas alíneas g) e h) do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como apoiar atividades de natureza social de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, conforme disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- O Município de Braga não dispõe de equipamentos adequados para estes fins, bem como os recursos humanos capacitados para o desempenho das tarefas, necessitando de recorrer a parcerias com entidades sociais locais;
- É importante promover serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- As respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- É relevante e profícuo estreitar a cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar a minuta de protocolo em anexo, nos termos nela propostos.

Braga, 15 de Junho de 2022.

  
2206.15  


A Vereadora da Inovação e Coesão Social

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ  
VERMELHA PORTUGUESA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
TELEASSISTÊNCIA A IDOSOS NO CONCELHO DE BRAGA**

**PROTOCOLO N.º [...]**

**CONSIDERANDO QUE:**

**A.** Nos termos do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da Saúde e Ação Social;

No concelho de Braga, temos identificadas, após um programa-piloto com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, conforme anexo, 34 pessoas em situação de necessidade de acompanhamento através de Serviço de Teleassistência, sendo que aquela entidade detém enorme experiência no desenvolvimento deste tipo de acompanhamento;

**B.** Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apoiar atividades de natureza social de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

**C.** Não dispondo o Município de Braga de equipamentos adequados para estes fins, bem como os recursos humanos capacitados para o desempenho das tarefas, terá de recorrer a parcerias com entidades sociais locais e/ou proceder à contratação de outros serviços para a ativação desta importante resposta;

**D.** Ao nível dos recursos humanos, a assunção destes objetivos passa pelo recurso à Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, instituição humanitária não-governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos;

**E.** Esta entidade integra diversas valências que a adequam ao acompanhamento que o Município de Braga necessita dar à situação verificada, designadamente: (i) dispõe de uma estrutura capacitada; (ii)

dispõe de uma estrutura multidisciplinar (iii) dispõe dos equipamentos necessários; (iv) tem experiência ao nível da implementação desta resposta;

**F.** A contrapartida financeira será exclusivamente destinada ao pagamento dos encargos com os recursos humanos envolvidos e equipamentos e serviços necessários à execução das tarefas;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Colaboração com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa para a dotação de recursos humanos e necessários equipamentos no Serviço de Teleassistência a pessoas idosas do concelho de Braga, aprovado pela Câmara Municipal de Braga em reunião do respetivo executivo de [...] e obtida respetiva autorização da Assembleia Municipal em [...], para efeitos do disposto no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, para a assunção de compromissos plurianuais;

#### **ENTRE:**

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173 e sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado "Município",

E

A **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA | Delegação de Braga**, com o número de pessoa coletiva de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos 500745749 e sede no Palácio Condes de Óbidos no Jardim 9 de Abril N.º 1, em Lisboa, no presente ato representada pelo Presidente da Delegação de Braga, **Armando Maria Da Cunha Osório De Araújo**, com poderes para o ato, adiante designada "CVP".



Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

O presente protocolo tem por objeto a definição das condições para a dotação dos recursos humanos necessários ao funcionamento ao Serviço de Teleassistência a pessoas idosas do Concelho de Braga;

### **Cláusula 2.ª**

#### **Âmbito de Aplicação e Destinatários**

- 1.** A área de intervenção do presente Protocolo é local, restringindo-se ao espaço geográfico do concelho de Braga.
- 2.** É destinatária do presente Protocolo a população com idade igual ou superior a 65 anos, num total máximo de 40 pessoas, residentes no concelho de Braga em situação de situação de isolamento e/ou acompanhados por pessoa fragilizada (*que possua qualquer tipo de incapacidade física, sensorial, intelectual, emocional ou comunicacional, devidamente comprovada por meio de atestado médico ou de outro documento idóneo, como relatório socioeconómico do GAS do Município, que a impeça de realizar livremente na sua habitação ou no acesso a atividades da vida diária*) e que possua baixos recursos económicos.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente protocolo o Município obriga-se a:

- a)** Identificar os beneficiários do Serviço de Teleassistência;
- b)** Acompanhar o funcionamento do Serviço de Teleassistência através da Divisão de Coesão Social e Solidariedade | Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa;
- c)** Proceder ao pagamento à CVP das despesas com os recursos humanos e equipamentos necessários ao funcionamento do Serviço de Teleassistência;
- d)** Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Obrigações Gerais da CVP**

- 1.** No âmbito do presente protocolo, a CVP obriga-se a assegurar a dotação dos recursos humanos e equipamentos adequados, necessários ao funcionamento do Serviço de Teleassistência;
- 2.** Para o fornecimento da estrutura de pessoal devem ser observadas todas as cláusulas do presente protocolo e a legislação aplicável;
- 3.** A CVP responde pelo comportamento do seu pessoal garantindo a sua formação de modo a que todas as operações se desenvolvam com grande respeito pelos utentes, seus usos e costumes;
- 4.** O Município poderá exigir à CVP a retirada de serviço de qualquer funcionário que desrespeite os utentes, seja negligente ou não contribua para os objetivos do Serviço de Teleassistência;
- 5.** Apresentação de um relatório mensal referente à execução do Serviço de Teleassistência;
- 6.** A CVP deverá cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, no que for aplicável.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Recursos financeiros**

- 1.** O Município compromete-se a efetuar o pagamento do montante total máximo de € 21.161,32 (vinte e um mil, cento e sessenta e um euros e trinta e dois cêntimos) pela disponibilização do pessoal e equipamentos a afetar ao Serviço de Teleassistência, tendo por base um montante mensal de € 1.763,44 (mil, setecentos e sessenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), para um total de 12 (doze) meses de vigência do presente protocolo.
- 2.** O pagamento previsto no número anterior será efetuado no mês seguinte a que se reporta, num total de 12 (doze) prestações iguais e sucessivas.
- 3.** O montante previsto no número 1 da presente cláusula poderá ser reduzido em função da participação a que alude a cláusula anterior, termos em que o Município assume apenas o pagamento dos encargos referentes ao número de utentes.

## **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

### **Início e prazo de vigência**

O período de vigência do presente protocolo inicia-se em Julho de 2022, prolongando-se por um período de 12 (doze) meses, até junho de 2023.

## **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

### **Execução e Avaliação do Protocolo**

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

## **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

### **Ocorrências e emergências**

A CVP deve comunicar ao Município por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia de que tenha conhecimento e que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente protocolo.

## **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

### **Verificação do cumprimento do objeto do acordo**

1. O Município pode verificar o cumprimento do objeto do presente protocolo, mediante a realização de ações no terreno junto dos beneficiários do Serviço de Teleassistência, bem como exigir-lhe as informações e os documentos que julgue necessários, além do relatório mencionado no n.º 5 da cláusula 4.<sup>a</sup>.
2. As determinações do Município emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a CVP, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

## **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

### **Modificação do Protocolo**

1. O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pelo Município, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.



### **Cláusula 11.ª**

#### **Suspensão do Protocolo**

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- a)** Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b)** Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de Direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- a)** Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b)** Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Revogação**

- 1.** O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- 2.** A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Comunicações e notificações**

- 1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
- 2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.



### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Publicidade**

Os outorgantes deverão publicitar, o presente protocolo nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da *Internet*.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Cabimento e compromisso**

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica [...] do orçamento do Município de Braga tendo-lhe sido atribuído o registo compromisso [...] após autorização para despesa plurianual por parte da Assembleia Municipal em sessão de [...].

Braga, [...] de Junho de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Presidente da Delegação de Braga da  
Cruz Vermelha Portuguesa

---

(Armando Maria Osório da Cunha Araújo)